



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- E M E R J -  
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 2º SEMESTRE/2011

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA  
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**3 DE JULHO DE 2011**

**I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

O Conselho Nacional de Justiça tem competência funcional para apreciar ou rever, em caráter de urgência, matérias de conteúdo jurisdicional quando o juiz manifestamente abusa de seu poder de julgar? **(máximo de 20 linhas)**

**2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Comente sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário. **(máximo de 20 linhas)**

**II - DIREITO CIVIL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Mariângela, viúva de Cássio, falecido em acidente automobilístico, ajuíza ação de indenização pleiteando danos morais em face do Jornal Correio da Capital. Argumenta que o suplicado, sob o pretexto de divulgar matéria envolvendo estatística de acidentes automobilísticos na capital do Estado no último ano, publicou, sem autorização, fotografias do acidente que vitimou Cássio; fotografias estas que mostraram o seu corpo todo ensanguentado e preso a ferragens, em estado deplorável.

Decida a questão, levando em consideração que todos os argumentos antes explanados foram comprovados nos autos. **(máximo de 20 linhas)**

**2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Quais os direitos sucessórios da (o) companheira (o) sobrevivente, quando não houver parentes sucessíveis? **(máximo de 20 linhas)**

**III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Pedro ajuizou demanda em face de Maria, alegando ter celebrado com a ré um contrato de mútuo. Aduziu que a ré não pagou o empréstimo, já estando vencida a dívida. Pediu, então, a condenação da ré ao pagamento do valor emprestado, com o acréscimo da multa contratual, correção monetária e juros de mora.

Citada, a ré contestou alegando que não era a verdadeira devedora, já que o contrato de empréstimo teria sido celebrado com pessoa jurídica da qual ela seria representante legal, afirmando, assim, sua ilegitimidade passiva.

O juiz verificou, pelo exame da prova produzida, que realmente o contrato fora celebrado com a pessoa jurídica, e não com a demandada. Acolheu, então, a preliminar suscitada, extinguindo o processo sem resolução do mérito.

Pergunta-se: decidiu acertadamente o juiz? **(máximo de 20 linhas)**

## **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Em grau de apelação, verificou o Tribunal de Justiça que a sentença recorrida era *extra petita*. Decidiu-se, então, por unanimidade, pela anulação da sentença. Caso esteja madura a causa para julgamento do mérito, pode o tribunal apreciá-lo desde logo? Justifique sua resposta. **(máximo de 20 linhas)**

## **3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Em que casos se dispensa a caução para a prática de atos de alienação de bens na execução provisória? **(máximo de 20 linhas)**

## **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

A massa falida de Albuquerque Tecidos Ltda., por meio do administrador judicial, requereu a declaração de nulidade de todos os atos processuais praticados após a decretação da falência na ação de execução fiscal intentada em face do devedor pelo Estado do Rio de Janeiro. Fundamenta o pedido no *caput* do art. 6º da Lei nº 11.101/05, aduzindo também que somente haverá o prosseguimento da execução fiscal durante o processo de recuperação judicial, nos termos do § 7º do mesmo artigo.

Pergunta-se: É procedente a argumentação da massa falida, sendo nulos os atos processuais? Explique e dê o amparo legal. **(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

A proteção ao nome empresarial independe de depósito ou de registro e não se limita ao território nacional, quer faça ou não parte de uma marca? **(máximo de 20 linhas)**

## **V - DIREITO PENAL**

### **1ª QUESTÃO (20 PONTOS)**

Segundo o Código Penal brasileiro, qual o *nomen juris* correto e a capitulação adequada para as seguintes expressões coloquiais?

- “saidinha de banco” (Agamenon ficou sem os R\$1.500,00 que tinha recebido do caixa do Banco, tendo levado uma “banda” que o derrubou na rua)
- “transar” ( Filemon transou com Jurimara, de 13 anos, e ela acabou engravidando)
- “suborno” (O funcionário Paracelso exigiu de Diomedes um suborno de R\$1.000,00 para liberar a guia de importação)

- d) “atropelamento” (Euatlo com seu BMW atropelou e matou o ciclista Felismino)
- e) “agressão” (Cliomedes e Antaxerxes se agrediram mutuamente na saída do jogo do Flamengo)
- f) “boa noite Cinderela” (O travesti Audiomario deu um “boa noite Cinderela” em Anfilófilo e levou sua carteira com dinheiro e cartões de crédito)
- g) “latrocínio” (Houve um latrocínio, “assaltaram” a padaria e mataram o padeiro)
- h) “pedofilia” ( Existem muitos religiosos pedófilos por aí )
- i) “gigolô” (Na Vila Mimosa muitos “gigolôs” ganham a vida explorando as infelizes, mas lhes dando segurança)
- j) “conto do vigário” ( Filomeno passou um “conto do vigário” em Aristarco, vendendo-lhe um bilhete da “quina” falsificado)

**(máximo de 20 linhas)**

## **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Crimes preterdolosos, preterintencionais e qualificados pelo resultado são a mesma coisa? **(máximo de 20 linhas )**

## **3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Como a doutrina penal brasileira trata os concursos de normas, de crimes e de pessoas? **(máximo de 20 linhas )**

## **VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

João, acusado do crime de estupro, sem ser informado do direito de não produzir provas contra si e por se sentir obrigado a tanto, cedeu sangue para a realização do exame de DNA, ocasião em que sua amostra seria comparada com a do estuprador. A defesa técnica, no momento oportuno, pugnou pela prova pericial. Em juízo, dois meses após o crime, Maria reconheceu João como o autor da ação criminosa. Na hora da realização do exame, os peritos, ao manipularem o material genético, contaminaram as amostras de sangue.

Encerrada a instrução criminal, após o interrogatório, o Ministério Público pugnou pela condenação de João, pois a autoria do delito estaria comprovada pelo reconhecimento da vítima. Ainda segundo o “parquet”, eventual prova pericial seria ilícita, portanto, inútil à solução do caso penal.

A defesa, por sua vez, sustentou a fragilidade da produção probatória, uma vez que a prova pericial não pôde ser realizada por erro dos peritos estatais, e requereu a improcedência do pedido condenatório.

Você, como Juiz, o que decidiria, abordando as questões de direito pertinentes? Fundamente a resposta. **(máximo de 20 linhas).**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Em 26/04/2011, Pedro foi denunciado pela incidência comportamental no artigo 213 do Código Penal, por fatos que, segundo a denúncia, teriam ocorrido em 22/04/2009. Após o juízo de admissibilidade da acusação, a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 14/05/2011, bem como determinada a expedição de carta precatória para a Comarca de Nova Friburgo com o objetivo de ouvir duas das testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

No dia marcado para a AIJ, foi realizada tanto a oitiva da vítima e de duas testemunhas arroladas pela defesa técnica quanto o interrogatório de Pedro. Adotou-se, na ocasião, o modelo presidencialista para a produção da prova oral. Dois dias depois, no juízo deprecado, foram realizadas as oitivas das testemunhas faltantes. As alegações finais foram apresentadas por memoriais.

O juiz, além de proferir sentença em desfavor de Pedro, ainda declarou que, por se tratar de crime hediondo, não haveria o direito do apenado de recorrer em liberdade.

À luz da principiologia constitucional, indique se o magistrado agiu corretamente.

**(máximo de 20 linhas)**

### **3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Maria foi absolvida da imputação de violação à norma que se extrai do artigo 155 do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Inconformada, recorreu. O juízo *ad quem* reconheceu a existência de um *error in procedendo* e anulou o processo desde a citação. Em nova sentença, Maria acabou condenada. Dessa vez, ao ser intimada, a ré declarou que não desejava recorrer. Não obstante, a defesa técnica interpôs o recurso cabível.

Explique se esse recurso pode ser conhecido e se há chance de êxito. **(máximo de 20 linhas)**

## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)**

Eduardo adquiriu um veículo ZERO KM, com dois anos de garantia total. Ocorre que, após dois anos e dezenove dias do recebimento do carro, o ar refrigerado apresentou um defeito que não era decorrente do uso do carro. Ao procurar a concessionária na qual havia comprado o carro e onde fez todas as revisões exigidas, foi informado de que a solução do problema seria cobrada de Eduardo, já que a garantia não estaria mais vigente.

É correta a informação prestada a Eduardo? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA**

### **Redação: ( 30 PONTOS )**

No contexto da luta pelos direitos e garantias fundamentais, a sociedade no geral ainda pouco compreende a atuação do Supremo Tribunal Federal. São constantes os comentários nas ruas dizendo que agora o STF defende o homossexualismo e a maconha, ao discutir a união civil estável entre pessoas do mesmo sexo e a Marcha pela Liberdade.

Com base nesse cenário, elabore um texto dissertativo-argumentativo, **entre 25 e 30 linhas**, discutindo a natureza dessa confusão de opiniões.

**BOA SORTE !!!!**